

Autonomia, geopolítica crítica e decolonialidade: contribuições latino-americanas ao debate teórico sobre regionalismo e integração regional¹

Autonomy, critical geopolitics and decoloniality: Latin American contributions to the theoretical debate on regionalism and regional integration

Autonomía, geopolítica crítica y decolonialidad: aportes latinoamericanos al debate teórico sobre regionalismo e integración regional

DOI: 10.21530/ci.v18n3.2023.1363

Carolina Albuquerque Silva²

Resumo

Este artigo aborda a dimensão epistemológica da integração e do regionalismo na América Latina, com foco na ideia de autonomia e nas novas contribuições que as ciências sociais trazem a este debate. Baseia-se, para tanto, na abordagem de Jaime Preciado, que articula geopolítica crítica e decolonialidade na reflexão sobre os obstáculos e potencialidades de uma integração autônoma latino-americana na

¹ Pesquisa financiada com recursos do CNPq.

² Doutora em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (ELA-UnB). Consultora da Flacso Brasil.

(carolina.albuquerque@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4683-2721>.

Artigo submetido em 18/06/2023 e aprovado em 19/03/2024.

Copyright: • This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



ordem mundial contemporânea. A argumentação realizada tem como conclusão a importância de incluir as dimensões sociais e epistemológicas às visões tradicionais da autonomia que a situam como assunto eminentemente estatal, tendo a América Latina como lugar de enunciação.

Palavras-chave: Integração Regional; Regionalismo; Autonomia; Geopolítica Crítica, Decolonialidade.

Abstract

This paper addresses the epistemological dimension of regional integration and regionalism in Latin America, focusing on the idea of autonomy and on the contributions that Social Sciences bring to this debate. It is based on the approach of Jaime Preciado, who proposes an articulation between critical geopolitics and decoloniality to reflect on the obstacles and potentialities of an autonomous Latin American integration in the contemporary world order. The paper concludes with the need to include the social and epistemological dimensions to enhance the traditional view of autonomy as an eminently state matter, considering Latin America as its locus of enunciation.

Keywords: Regional Integration; Regionalism; Autonomy; Critical Geopolitics; Decoloniality.

Resumen

Este artículo aborda la dimensión epistemológica de la integración y del regionalismo en América Latina, centrándose en la idea de autonomía y en los aportes que las Ciencias Sociales traen al debate. Se basa en el enfoque de Jaime Preciado, quien propone una articulación entre geopolítica crítica y decolonialidad para reflexionar sobre los obstáculos y potencialidades de una integración autónoma latinoamericana en el orden mundial contemporáneo. La conclusión remarca la importancia de sumar las dimensiones sociales y epistemológicas a las visiones tradicionales de la autonomía, que la sitúan como cuestión eminentemente estatal, partiendo de América Latina como lugar de enunciación.

Palabras clave: Integración Regional; Regionalismo; Autonomía; Geopolítica Crítica, Decolonialidad.

Introdução

Este artigo aborda a dimensão epistemológica da integração regional e do regionalismo na América Latina, com foco no debate em torno à ideia de autonomia, que possui longa trajetória na história do pensamento integracionista latino-americano. As interpretações acerca desta noção/conceito sofreram variações, modificações e atualizações ao longo do tempo, mas mantiveram-se, em geral, associadas à busca pela autodeterminação dos países da região em relação ao sistema internacional – uma autonomia centrada no papel dos Estados e frequentemente compreendida como assunto de política externa. Desde o início do século XXI, contudo, o viés estadocêntrico e eurocentrado desta representação da autonomia tem sido objeto de contestação por parte dos movimentos sociais cuja atuação passou a incluir a escala regional, o que se viu refletido na produção teórica a respeito da integração e do regionalismo.

A partir desse contexto, os objetivos do artigo inscrevem-se na busca por contribuir para um melhor entendimento das dimensões sociais e epistemológicas dos processos de integração. Para tanto, foi utilizada a abordagem da geopolítica crítica de Jaime Preciado, que propõe, a partir de uma articulação com outras leituras, especialmente com a colonialidade nos campos da política e do conhecimento (poder e saber), uma revisão teórica da reflexão sobre os obstáculos e potencialidades de uma integração autônoma latino-americana e caribenha na ordem mundial contemporânea. Ao situar a análise no âmbito da geopolítica crítica, esta opção teórico-metodológica coloca em destaque as dimensões territoriais e espaciais da integração, bem como sua vinculação com os diferentes discursos geopolíticos produzidos a respeito da questão regional – os dominantes, vinculados às práticas espaciais que reproduzem a inserção subordinada e periférica da região no sistema internacional; e os alternativos, muitas vezes protagonizados por atores não estatais, que se relacionam à busca por autonomia e à superação da colonialidade.

A integração regional tem recebido a atenção de movimentos políticos, intelectuais e artísticos da América Latina há mais de 200 anos, construindo um debate heterogêneo, mas recortado pelas ideias-chave da autonomia e,

também, do desenvolvimento, ou seja, uma discussão que tem pensado a unidade regional como forma de resistir às intervenções das potências externas e como instrumento para alcançar a prosperidade econômica. As origens históricas da integração regional como categoria de análise na América Latina remontam ao século XIX, quando o tema se consolidou como um dos pilares do pensamento independentista e das lutas contra o colonialismo espanhol, de um lado e, de outro, a postura hegemônica e expansionista dos setores dominantes estadunidenses. Esta linha de análise parte da premissa de que a América Latina foi pioneira em pensar-se como região (Deciancio 2016 ; Briceño 2014).

Sob essa perspectiva, existe uma tradição de reflexão em torno da ideia de autonomia na América Latina que se desenvolveu de forma articulada com as propostas teóricas e as experiências empíricas de integração e cooperação geradas na região. Neste sentido, o debate sobre como os projetos institucionais regionais se relacionam com a necessidade de garantir autonomia no cenário internacional esteve presente desde os primeiros ensaios unitaristas de Bolívar até as iniciativas lançadas nos anos 2000 pelos governos do ‘giro à esquerda’ (Arditi 2009), como a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (Alba-TCP), a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Essas instituições correspondiam ao modelo que foi denominado como regionalismo ‘pós-liberal’ ou ‘pós-hegemônico’, baseado em uma agenda que questionava os projetos regionais orientados aos mercados que haviam prevalecido nos anos 1990 e propunha maior autonomia da região frente às potências mundiais, especialmente os Estados Unidos (Riggirozzi e Tussie 2018).

Este contexto estimulou, nas décadas de 2000 e 2010, um aumento do interesse na pesquisa sobre a temática regional e suas relações com as teorias da autonomia, principalmente a partir da releitura das obras precursoras produzidas nos anos 1970 e 1980 por Hélio Jaguaribe e Juan Carlos Puig. Conforme Simonoff e Briceño (2017), as conexões existentes entre os trabalhos de ambos permitem, não obstante as especificidades de cada um, considerar que sua obra conformou uma ‘escola da autonomia’, também conhecida como ‘teoria sul-americana da autonomia’: uma linha de pesquisa específica da disciplina das Relações Internacionais na América Latina, de forma equivalente ao estruturalismo cepalino e as teorias da dependência.

Apesar da relevância dessas três correntes – estruturalismo, teorias da dependência, autonomia – para a interpretação das possibilidades de inserção regional da América Latina, o campo de estudos da integração foi tradicionalmente hegemonizado pelas teorias da integração europeia e do novo regionalismo, originadas, sobretudo, na Europa e nos Estados Unidos. Os pressupostos e categorias destas teorias não levam em consideração os contextos espaciais e temporais da América Latina – nem da África ou da Ásia – os quais estão relacionados a desafios próprios da inserção periférica no sistema mundial, melhor representados a partir de temas como a autonomia e o desenvolvimento, do que pela cessão de soberania a organismos regionais ou pela abertura comercial como estratégia de inserção em um mundo globalizado. Mais do que descartá-las aprioristicamente, trata-se de observar que o valor explicativo das categorias dessas teorias para utilização fora da Europa depende de seu grau de contextualização histórica, a partir de uma perspectiva comparada (Briceño 2018; Vivares e Dolcetti-Marcolini 2016).

Sob essa perspectiva, o debate proposto está imbricado com as temáticas da assimetria dos fluxos de conhecimento entre Norte e Sul, da dependência acadêmica, da delimitação de centros e periferias na produção de conhecimento e com a forma como ela age em favorecimento da manutenção das condições de hegemonia no sistema-mundo e, portanto, da inserção periférica da América Latina nele. Trata-se da abordagem proposta por Quijano (2000) sobre a colonialidade do poder e do saber, a geopolítica do conhecimento e a pretensão de universalização das teorias e conceitos elaborados no centro do sistema a outros lugares e a outros contextos sócio-históricos, sem considerar as especificidades das experiências latino-americanas nem seus problemas epistemológicos próprios.

Conforme Svampa (2016), esta discussão diz respeito à dificuldade de construir um legado teórico regional e aos processos de invisibilização e expropriação epistêmica a que as tradições teóricas latino-americanas foram historicamente submetidas, em campos como os da economia, filosofia e sociologia – argumento que, neste artigo, é estendido ao campo de estudos da integração regional. Para a autora, a superação deste quadro de dependência teórica implica em revisitar tanto os clássicos do pensamento latino-americano quanto as perspectivas críticas atuais das ciências sociais na região. Estas

abordagens compartilham características como o questionamento dos paradigmas dominantes, o pluralismo epistemológico, a crítica aos dualismos e ao pensamento moderno e o compromisso com os setores subalternos. Nesta perspectiva estão inseridos autores e autoras que se dedicam ao desenvolvimento das teorias decoloniais, feministas, étnico-raciais e ambientais, entre outros.

Tais abordagens oriundas das ciências sociais encontram-se, contudo, notavelmente ausentes do atual panorama regional de produção de conhecimento no campo de estudos da integração (Perrotta e Porcelli 2019; Benzi e Narea 2018). Temáticas centrais da atualidade da produção acadêmica latino-americana, que escapam dos limites formais e economicistas das abordagens hegemônicas, permanecem, assim, de fora da teorização sobre a integração, a exemplo da questão territorial urbana, rural e indígena, da interculturalidade e da crítica à modernidade colonial.

Este contexto de retomada do debate teórico, no início dos anos 2000, trouxe à tona a importância de analisar se os pressupostos originais da teoria sul-americana da autonomia se mantêm válidos para a explicação da atual ordem mundial e do regionalismo latino-americano. Sob essa perspectiva, Preciado (2018) tem explorado uma agenda de pesquisa que propõe uma abordagem da autonomia para além do campo da política externa. Para o autor, a continuidade da validade analítica dos pressupostos autonomistas está relacionada à necessidade de atualizar este corpo teórico a partir das contribuições mais recentes das teorias sociais críticas latino-americanas, de modo a destacar o papel dos movimentos sociais e outros atores não-estatais e superar o estadocentrismo tradicionalmente presentes nas análises sobre integração e regionalismo, particularmente nos marcos disciplinares das Relações Internacionais³. A abordagem realizada relaciona-se, nesse sentido, à construção de novos paradigmas, capazes de ampliar os horizontes de pesquisa, preocupados em romper com o universalismo que predomina nos estudos da integração regional e de contribuir para a pluralidade ontológica e

³ Este debate também reverbera no contexto atual da produção teórica dentro da disciplina das Relações Internacionais, como nos casos da abordagem das Relações Internacionais Globais proposta por Acharya (2014), que destaca as contribuições à disciplina a partir do Sul Global, e de autores que têm proposto a incorporação de perspectivas pós-coloniais e decoloniais aos estudos internacionais (Inoue e Tickner 2016; Toledo 2021).

epistemológica, por meio da introdução de vozes e debates invisibilizados na tradição teórica dominante.

Este artigo foi realizado a partir da sistematização da literatura especializada, com base no pressuposto de que a colonialidade é uma dimensão central para pensar o mundo moderno, os processos e as formas de subordinação e invisibilização das experiências sócio-históricas das sociedades das periferias do sistema-mundo. A questão do contexto histórico e territorial e da tensão entre discursos dominantes e alternativos no interior do campo de estudos em questão – o da integração regional – é, portanto, crucial para a metodologia adotada.

O texto foi organizado em cinco seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. A segunda seção traz a delimitação conceitual das ideias de América Latina e de integração regional/regionalismo adotadas ao longo do artigo. A seção seguinte apresenta os pressupostos teóricos da geopolítica crítica utilizada por Preciado em suas interpretações sobre a integração regional na América Latina, com foco na exploração de seus nexos com o pensamento decolonial. A terceira seção busca situar o debate autonomia/integração na tradição latino-americana e, por fim, é analisada a proposta de Preciado para uma revisão conceitual da autonomia e das suas relações com a integração regional na contemporaneidade.

América Latina, integração e regionalismo

América Latina, região, regionalismo e integração regional são utilizados neste artigo não como fatos, mas como ideias em constante transformação e, portanto, campo de disputa epistemológica. Parte-se do entendimento de que a utilização dessas terminologias embute distintos objetivos políticos, interesses econômicos, conflitos sociais e formas de produção do conhecimento, assim como diferentes representações espaciais, concepções sobre o território e discursos geopolíticos.

De acordo com essa perspectiva, a dimensão do conceito de América Latina adotada é a que aborda a região não apenas como representação geográfica ou interpretação histórica, mas como categoria de análise.

Trata-se do entendimento de Ianni (1995) sobre a América Latina como ‘história e imaginação’, ou seja, como a história de crises, golpes, revoluções e contrarrevoluções, marcada por avanços e retrocessos, rupturas e continuidades e, simultaneamente, como ideia formulada pelo pensamento latino-americano. A ideia de América Latina pode ser vista, assim, como o resultado das interpretações realizadas por filósofos, cientistas sociais, escritores e artistas latino-americanos que, a partir de perspectivas explicativas distintas, foram construindo um pensamento que ao mesmo tempo expressa e constitui a região. A formação da ideia de América Latina não se deu, contudo, sem uma série de controvérsias e contradições, resultantes não apenas das diferentes visões da história que tinham seus autores, mas, também, das profundas diversidades nacionais em termos políticos, culturais, linguísticos, étnicos etc. Ainda assim, emergem semelhanças e convergências que dão origem à construção gradual de uma problemática própria.

A concepção da América Latina como uma ideia também está presente no debate sobre a geopolítica do conhecimento realizado por autores ligados ao pensamento decolonial. Segundo esta abordagem, a subdivisão do mundo nos atuais continentes e subcontinentes deve ser compreendida não como um fato geográfico, mas como reflexo das estruturas geopolíticas e do longo processo histórico que construíram esta regionalização, cuja origem remonta ao século XVI e ao expansionismo europeu com bases no capitalismo comercial. Sob essa perspectiva, a América Latina é a invenção eurocêntrica que dá origem ao conceito de raça como padrão de controle, hierarquização e classificação da população mundial, que legitima as relações de dominação impostas pela conquista e estabelece o controle europeu sobre as diferentes dimensões da existência dos povos colonizados – ou seja, a colonialidade do poder, conceito que trata de evidenciar o papel da América Latina para a formação do sistema-mundo moderno-colonial-capitalista (Quijano 2000).

A emancipação jurídica das ex-colônias não foi, contudo, acompanhada por uma mudança estrutural na situação de opressão a que estavam submetidos os povos indígenas e os afro-americanos escravizados, o que está nas origens do ‘colonialismo interno’ (Casanova 2007), conceito que se refere às relações de conflito e subordinação entre os diferentes grupos sociais que compõem

as chamadas ‘comunidades nacionais’ dos países que foram colonizados. Este processo tem início com a conquista e a colonização – por meio do massacre, destituição de terras, guerra biológica, imposição religiosa, supressão de línguas e costumes e negação da memória histórica de longa duração dos povos originários latino-americanos – e teve continuidade com os Estados independentes que, por sua vez, impuseram fronteiras que dividiram territórios ancestrais, ao mesmo tempo em que mantiveram a coação sobre modos de vida, de organização social e de exercício da política dessas sociedades. Esta negação da diversidade se estendeu também aos territórios ocupados por comunidades de origem africana que foram trazidas às Américas na condição de escravizadas (Casanova 2007; Ceceña 2021).

No entanto, ainda que com significados distintos para as elites e para as populações indígenas, negras, camponesas etc., a concepção de que a identidade latino-americana foi sendo construída ao longo dos séculos de luta contra a opressão estrangeira – presente nos ideais latino-americanistas da Nossa América de Martí (1891) e da Pátria Grande de Ugarte (1924) – persistiu até a atualidade e, sobre diferentes aspectos, manteve sua validade como categoria de análise. Esta constatação está na base das propostas regionais que, historicamente, têm relacionado ideias e projetos de integração à busca pela autonomia da região frente ao colonialismo europeu e ao imperialismo estadunidense (Preciado 2018).

A complexidade em definir a América Latina refletiu-se também nos debates teóricos relacionados à integração regional e ao regionalismo. A procura por uma delimitação conceitual para essas noções permanece como uma questão central para o campo de estudos da integração, especialmente nos aportes provenientes das Relações Internacionais, em que proliferam conceitos muitas vezes pouco diferenciados entre si – região, integração regional, regionalismo, regionalização e o mais recente ‘regionalidade’ (*regioness*). Dentre estes, ‘integração regional’ e ‘regionalismo’ são os mais assiduamente empregados (Perrotta e Porcelli 2019; Richard 2014).

O desenvolvimento dos conceitos de integração e regionalismo esteve relacionado às duas grandes ondas de visibilidade do tema das regiões que ocorreram nas redes centrais de produção de teoria no âmbito da disciplina de Relações Internacionais: as teorias centradas no caso europeu que surgiram nos

anos 1950-1960, sob inspiração da criação da Comunidade do Carvão e do Aço, e as teorias do ‘novo regionalismo’, que emergiram nos anos 1990 na esteira da nova ordem mundial estabelecida pela globalização neoliberal (Briceño 2018; Perrotta 2018). As teorias da integração europeia ficaram marcadas pelas ideias neofuncionalistas e sua ênfase nos fatores da cessão de soberania a organismos supranacionais e à dimensão econômico-comercial como base da integração. Estas foram objeto “de fortes críticas por assumir que o caminho da integração europeia poderia ser um parâmetro para o estudo e a prática do regionalismo em outros espaços geográficos e geopolíticos.” (Riggirozzi e Tussie 2018,10, tradução da autora)⁴.

Como reflexo deste debate travado nos centros hegemônicos de produção do conhecimento, na década de 1990, a categoria integração foi substituída pela de regionalismo, permanecendo a primeira reservada à excepcionalidade da evolução da União Europeia. O termo ‘regionalismo’ difundiu-se nas análises dedicadas a explicar os projetos regionais latino-americanos surgidos nos anos 2000 a partir das propostas dos governos do giro à esquerda, na maioria das vezes acompanhado de adjetivações como ‘pós-liberal’ (Veiga e Rios 2007) ou ‘pós-hegemônico’ (Riggirozzi e Tussie 2012).

Entretanto, o termo ‘integração regional’ é utilizado neste artigo também para as experiências latino-americanas, assumido o pressuposto de que os diversos contextos geopolíticos e sócio-históricos que coexistem na região determinam uma interpretação peculiar do conceito. Adicionalmente, também são utilizadas as duas expressões em conjunto, ‘regionalismo e integração regional’, como o faz Briceño (2018).

A compreensão de integração regional/regionalismo aqui utilizada é inspirada nas interpretações realizadas por Preciado (2014, 2018), que utiliza o termo ‘integração’; e por Vivares e Dolcetti-Marcolini (2016), que utilizam a terminologia ‘regionalismo’, e possui as seguintes características: (i) compreende os processos de integração como construções históricas e sociais, que abarcam dimensões materiais e do campo das ideias e se relacionam a dinâmicas históricas de longa duração; (ii) atrela-se à busca de modelos ontológicos e

4 No original: “de fuertes críticas por suponer que el camino de integración europea podía ser parámetro para el estudio y la práctica del regionalismo en otros espacios geográficos y geopolíticos.”

epistemológicos mais adequados às realidades latino-americanas; (iii) busca a contextualização geográfica e histórica e evita pretensões de universalidade; (iv) inclui em seu modelo analítico os movimentos sociais e outros atores não-estatais, suas visões de mundo e propostas de região; (v) abrange, mas não se resume, aos projetos e organismos regionais intergovernamentais; (vi) pressupõe a primazia do político sobre o econômico; (vii) assume-se como teoria a serviço da transformação social, da emancipação e da autonomia.

Para Vivares e Dolcetti-Marcolini (2016), dentre os limites que as tradições teóricas europeias e estadunidenses apresentam para a análise do caso latino-americano, destaca-se a redução dos regionalismos a suas dimensões comercial e formal-institucional, que relega a um segundo plano os atores e as relações não estatais e não comerciais. Os autores destacam as possibilidades analíticas que se abrem a partir da superação do estadocentrismo e do comercialismo, as quais possibilitam contextualizar histórica e geograficamente os processos latino-americanos e avaliar as transformações da região e de suas sociedades em um marco de longa duração, bem como os diferentes modelos de desenvolvimento e de interrelação entre Estados e sociedade civil que se foram sucedendo. Esta perspectiva pretende favorecer a inclusão de ‘regionalidades subalternas’ na análise sobre os regionalismos:

Outros sujeitos, tradicionalmente silenciados e desvalorizados pelos estudos internacionais, participam da formulação de ideias e práticas de região, coexistentes e resistentes, que podem contribuir para repensar este debate e reconsiderar as fontes e consequências da heterogeneidade deste continente. (Vivares e Dolcetti-Marcolini 2016, 34, tradução da autora)⁵.

A contextualização histórica, temporal e territorial proposta pela dupla de autores se apresenta como ponto de partida para a realização de análises sobre a integração latino-americana que pretendam superar a falsa homogeneização da região. Abre-se, assim, um caminho analítico para explicar a existência simultânea de diferentes projetos regionais na América Latina, com escopos

5 No original: “Otros sujetos, tradicionalmente silenciados y menospreciados por los estudios internacionales, participan en la formulación de ideas y prácticas de región, coexistentes y resistentes, que pueden contribuir a repensar este debate y a reconsiderar las fuentes y las consecuencias de la heterogeneidad de este continente.”

geográficos, ideológicos e programáticos diferenciados, como a Celac, o Mercosul, a Aliança do Pacífico e o Acordo Estados Unidos, México e Canadá, que substituiu o Nafta. A literatura sobre integração e regionalismo, contudo, tende, em geral, a abordar a América Latina como unidade homogênea, ignorando as profundas especificidades culturais e fraturas históricas existentes em seu interior. O mesmo se aplica ao debate sobre a autonomia, cujo sentido não será idêntico se considerarmos, por exemplo, Equador e Bolívia em contraste com Argentina e Brasil, ou o Caribe em contraste com a América do Sul.

Para Preciado (2018), por sua vez, é necessário reconhecer as práticas espaciais políticas e epistemológicas que, a partir do início do século XXI, passam a questionar as representações que tradicionalmente definiram o imaginário geopolítico sobre a América Latina como região periférica do sistema-mundo, subordinada ao projeto pan-americanista de integração conduzido pelos Estados Unidos. Estas práticas espaciais alternativas colocam em destaque as redes transnacionais da sociedade civil e as práticas culturais indígenas, feministas, ecologistas, dos migrantes etc., e as correlacionam aos processos de integração regional. No centro de seu argumento, está, portanto, a ideia de que uma integração regional autônoma na América Latina demanda a ampliação dos temas tratados, em conformidade com uma concepção multidimensional dos processos regionais que soma as dimensões social e epistemológica às preocupações econômicas tradicionais.

A partir de um enfoque centrado na articulação entre integração e autonomia, Preciado coloca em destaque a dimensão epistemológica deste debate, em diálogo com a proposta decolonial: “Pensar a integração latino-americana com um olhar multidimensional, a partir da transmodernidade e da crítica à colonialidade do poder, é promissor, pois permite localizar as raízes históricas que impedem uma integração autônoma autêntica e eficaz.” (Preciado 2018, 33-34, tradução da autora)⁶. As articulações entre pensamento decolonial e geopolítica crítica, utilizadas pelo autor em sua formulação sobre integração regional e autonomia, são exploradas na seção seguinte.

6 No original: “Pensar la integración latinoamericana con una mirada multidimensional, desde la transmodernidad y desde la crítica a la colonialidad del poder, es promisorio, pues ello permite ubicar las raíces históricas que impiden una integración autónoma auténtica y eficaz”.

Geopolítica crítica, decolonialidade e integração regional na América Latina

A abordagem da geopolítica crítica e suas implicações para a integração regional na América Latina têm sido objeto de trabalhos de Preciado nas últimas duas décadas. O argumento do autor consiste em que as representações espaciais tradicionais sobre a região possuem raízes nas referências e interesses euro-estadunidenses e fortalecem sua posição subordinada e dependente em relação ao sistema-mundo. Dentre essas representações e práticas espaciais dominantes, pode-se enumerar a construção de fronteiras estratégicas e de identidades nacionais supostamente homogêneas e monoculturais, além da imposição de modelos de desenvolvimento e democracia específicos (Preciado e Uc 2010; Preciado 2008).

Estas práticas dominantes sustentam posições de poder que, desde tempos coloniais, reforçam a representação espacial⁷ da América Latina como região subordinada aos interesses das potências hegemônicas que se sucederam (Portugal, Espanha, Inglaterra e Estados Unidos). Sob essa perspectiva, a proposta de Preciado de uma agenda de pesquisa da geopolítica crítica para a América Latina – e suas articulações com a integração regional e a autonomia – concentra-se na contraposição a essa condição de marginalidade e subalternidade a que a região foi historicamente submetida nas diferentes expressões da geopolítica moderna. Para tanto, propõe uma análise sócio-histórica e crítica das práticas homogeneizadoras que pregam a existência de um único tempo, ou de uma única história, e de um único espaço nacional – representado pelos Estados (Preciado 2018).

Do lado das práticas espaciais alternativas que se contrapõem ao discurso geopolítico dominante sobre a região, ganharam projeção, no final do século XX e início do século XXI, uma série de novas expressões geopolíticas e geoeconômicas, dentre as quais se destacam os blocos regionais e continentais que foram criados no período e que cobravam um imaginário de maior

7 As 'representações' espaciais se referem aos códigos, signos e entendimentos que condicionam as formas efetivas de uso e exploração do espaço e de seus elementos constitutivos. Já as 'práticas' espaciais consistem nas formas como se dão o exercício concreto da produção econômica e da reprodução social nas diferentes escalas espaciais (local, nacional, regional, global).

autonomia da região em relação aos Estados Unidos, como a Unasul e a Celac; e as redes transnacionais da sociedade civil, que se organizaram em plataformas críticas à hegemonia neoliberal em torno de temas como meio ambiente, direitos humanos, direitos indígenas etc. A abordagem da geopolítica crítica inclui, desse modo, tanto as organizações regionais impulsionadas pelos governos nacionais – as estruturas mais visíveis e mais estudadas no campo da integração – quanto os novos significados de pertencimento, resistência, participação e identidade regional projetados pela sociedade civil (Preciado e Uc 2010).

Preciado refere-se especificamente às organizações, redes e mobilizações da sociedade civil que, no início do novo milênio, protagonizaram, tanto do ponto de vista global quanto regional, um novo ciclo de protestos, também denominadas como ‘movimentos antiglobalização neoliberal’. Estes constituíram redes de apoio transnacionais que buscaram incidir em processos que incorporavam a dimensão regional à sua atuação, questionando, dessa forma, o entendimento de que a integração é fundamentalmente interestatal e definida de cima para baixo, o que leva à invisibilização da escala local – onde se desenvolvem os conflitos que são objeto da atuação dos movimentos sociais. Nesse processo, o Estado se desconstrói como marco referencial para a política dos movimentos sociais, que passam a envolver-se em um processo – a integração regional – antes exclusivo da economia mundial e do Estado, num movimento de transnacionalização da política e do território. Do ponto de vista regional, trata-se, assim, de acrescentar o imaginário socioespacial local a um debate antes fechado à escala nacional (Preciado e Uc 2010; Preciado 2008).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil; a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie); o movimento *cocalero* boliviano; o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no México; e os *piqueteros* argentinos são exemplos de iniciativas dos movimentos sociais e indígenas da região que se posicionaram contra o modelo de globalização neoliberal. O Fórum Social Mundial (FSM), que se reuniu pela primeira vez em Porto Alegre, em 2001, foi um ponto de confluência e culminação destas experiências de articulação (Cairo, Bringel e Ríos 2020).

No que concerne à integração regional, destacaram-se as ações de resistência empreendidas pelos movimentos sociais em relação aos projetos

intergovernamentais que impactam diretamente em seus territórios, particularmente os grandes corredores de exportação projetados em um contexto de aumento dos preços das *commodities* que, conjugado ao crescimento da participação da China na balança comercial dos países da América Latina, especialmente da América do Sul, levou à ocorrência do chamado de ‘neoextrativismo’. Esta tendência pode ser identificada nos dois grandes projetos regionais de reordenamento territorial lançados nos anos 2000 – a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), posteriormente incorporada à Unasul por meio do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) e o Plan Puebla Panamá/Projeto Mesoamérica.

Concebidos para dar suporte à crescente exportação das *commodities* produzidas pelo agronegócio e pelas corporações ligadas à produção de energia, mineração, madeira/celulose, soja e pecuária, esses megaprojetos desenham na região uma nova geografia, novas fronteiras e novas normatividades, marcadas por obras bi ou plurinacionais de estradas e linhas de transmissão de energia (Ceceña 2021). Mais recentemente, a busca por lítio para abastecer a crescente indústria de eletrônicos volta a reposicionar a América Latina, que concentra 52% das reservas mundiais do mineral, na mira dos interesses de grandes oligopólios transnacionais (CEPAL 2023). Para Preciado, propostas como a IIRSA/Cosiplan e o Projeto Mesoamérica configuram novos projetos geoestratégicos que “acentuam a acumulação via desapropriação e conspiram, assim, contra a autonomia da integração latino-americana”. (Preciado 2018, 52, tradução da autora)⁸.

Além do destaque dado à geopolítica dos movimentos sociais, um segundo ponto central da geopolítica crítica é a consideração de que a produção de conhecimento é paralela à construção de espacialidades e, assim como há práticas espaciais dominantes no campo do conhecimento, existem, também, práticas alternativas, ou seja, propostas epistemológicas que desafiam as representações espaciais predominantes. Conforme esta concepção, o estudo das práticas espaciais do conhecimento oferece a possibilidade de uma reinterpretação das articulações entre espaço e poder e, ao mesmo tempo,

8 No original: “acentúan la acumulación por desposesión y así conspiran contra la autonomía de la integración latinoamericana”.

representa “uma demanda pela descolonização do pensamento e dos saberes que envolvem a compreensão do espaço” (Preciado e Uc 2010, 82, tradução da autora)⁹.

A agenda de pesquisa da geopolítica crítica proposta por Preciado consiste em uma abordagem, a partir das construções espaciais e territoriais, do debate da decolonialidade e, particularmente, da estruturação do sistema-mundo moderno colonial tal como definido por Quijano, ou seja, uma análise sobre como a classificação e hierarquização da população mundial a partir da ideia de raça, articulada ao controle das formas de trabalho, produziu uma hierarquização semelhante no campo das identidades territoriais e geográficas. Este padrão, denominado como ‘colonialidade do poder’, surge com o período colonial e a conquista das Américas e se mantém até a atualidade, ajudando a naturalizar a ideia de América Latina, África e Ásia como territórios sob domínio europeu. No centro desta argumentação está que as estratégias simbólico/ideológicas de dominação nas relações centro-periferia, bem como a racionalidade eurocêntrica, não são um resultado, mas sim elementos constitutivos da economia política do sistema-mundo capitalista e do imaginário da modernidade: “O capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado.” (Quijano 2000, 126, tradução da autora)¹⁰.

Quijano parte do pressuposto de que a colonialidade é uma dimensão central para pensar o mundo moderno, bem como os processos e as formas de subordinação e invisibilização das experiências sócio-históricas das sociedades das periferias do sistema mundial, uma vez que a mesma hierarquia racial global que caracteriza a modernidade e o capitalismo dá origem a classificações derivativas que dividem o mundo entre dicotomias como superior/inferior, desenvolvido/subdesenvolvido e civilizado/bárbaro, que colocam os povos conquistados e dominados, suas culturas e conhecimentos, em uma situação de inferioridade ‘natural’.

Da concepção de colonialidade do poder derivam as ideias de ‘colonialidade do saber’, que tem a ver com o papel da epistemologia e da produção de

9 No original: una demanda por la decolonización del pensamiento y los saberes que involucran la comprensión del espacio”.

10 No original: “El capitalismo mundial fue, desde la partida, colonial/moderno y eurocentrado.”

conhecimento na manutenção dos regimes de pensamento coloniais; e de ‘colonialidade do ser’, que se refere aos efeitos da colonialidade na mente, na experiência vivida, no corpo e na linguagem dos sujeitos colonizados e subalternizados (Maldonado-Torres 2007).

O conceito de decolonialidade se contrapõe à ideia de que, com o fim das administrações coloniais e a formação dos Estados nacionais na periferia, o mundo teria se tornado descolonizado ou pós-colonial. O colonialismo refere-se, nessa perspectiva, ao status político e jurídico das colônias portuguesas, espanholas, inglesas e francesas, rompido pelos movimentos independentistas dos séculos XIX (Américas) e XX (África e Ásia). A colonialidade, por sua vez, engloba as demais dimensões de relações hierarquizadas – econômicas, étnicas, sexuais, epistêmicas e de gênero – que as independências deixaram intactas.

Conforme essa concepção, a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, bem como a hierarquização étnico-racial entre as populações do mundo, não se modificaram significativamente com o fim do colonialismo. O que ocorreu foi uma transição desde o colonialismo moderno para uma colonialidade global, que pode ter modificado as formas de dominação, mas não a estrutura das relações centro-periferia em escala mundial. As instituições criadas pelo capitalismo após a Segunda Guerra, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial ou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), por exemplo, seguiram mantendo a periferia em uma posição subordinada. Assim, diferentemente da descolonização, que é um evento jurídico-político marcado no tempo, a decolonialidade é um processo de ressignificação a longo prazo, que envolve a mudança das estruturas internas do imaginário da modernidade e do sistema-mundo capitalista (Castro-Gómez e Grosfoguel 2007; Grosfoguel 2012). A abordagem decolonial sustenta-se na percepção de que a história do conhecimento é marcada geohistóricamente, não sendo nem deslocalizada, nem neutra, em contraposição ao entendimento da racionalidade eurocêntrica da modernidade, que pretende constituir um universalismo abstrato ocidental que encobre seu sujeito e seu lugar de enunciação. Neste sentido, Grosfoguel (2007, 2012) caracteriza este universalismo como ‘descarnado’, o qual constitui uma forma de racismo epistemológico que, desde um particularismo hegemônico, pretende impor-se como desenho global imperial, escondendo sua localização epistêmica na

geopolítica e na ‘corpo-política’ do conhecimento masculino-branco-ocidental: “Esta questão não tem a ver apenas com valores sociais na produção de conhecimento nem com o facto de o nosso conhecimento ser sempre parcial. O essencial aqui é o lócus da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala.” (Grosfoguel 2012, 119).

A proposta realizada pela decolonialidade consiste, assim, em incorporar à teoria social as vozes e os imaginários dos grupos sociais que, a partir do colonialismo, foram silenciados pela modernidade em nome do pensamento ocidental hegemônico – no caso da América Latina, sobretudo os povos indígenas e os afro-americanos.

Na busca pela transcendência da versão eurocêntrica da modernidade, Dussel propôs a ideia de ‘transmodernidade’, um projeto ‘utópico descolonizador’, engendrado a partir do olhar epistêmico mestiço e latino-americano que defende, no lugar de uma modernidade eurocentrada e imposta como projeto global colonial/imperial, uma multiplicidade de propostas que se encontram localizadas – geograficamente, culturalmente e epistemologicamente – nas espacialidades que correspondem aos povos colonizados do mundo. Trata-se de revelar o potencial epistêmico dos povos que foram colonizados e que, por essa razão, gozam de uma ‘exterioridade relativa’ em relação à modernidade eurocêntrica, a partir da qual surge, nas periferias do sistema-mundo, o pensamento crítico fronteiriço, que aporta diferentes projetos ético-políticos ao debate sobre a produção do conhecimento, à modernidade e ao seu ‘outro lado’: o racismo, genocídio, ecocídio, patriarcado e epistemicídio (Dussel 2000; Castro-Gómez e Grosfoguel 2007).

O cruzamento entre os conceitos de colonialidade do poder, colonialidade do saber e transmodernidade propõe elementos para pensar a integração latino-americana como projeto político-pedagógico e não apenas como institucionalidade estatal. Nesse sentido, pode-se inferir que a contribuição do pensamento decolonial ao campo de estudos da integração regional é a pergunta sobre qual integração cabe à América Latina enunciar a partir de sua condição de ‘outro lado’ da modernidade. Trata-se de conceber a integração regional estadocêntrica e comercialista também como fenômeno moderno, ou seja, colonial e eurocentrado. A colonialidade, ao determinar a classificação dos países no sistema-mundo moderno-colonial-capitalista, passa a ser

compreendida como elemento fundamental da integração entre os países (Silva 2023).

A integração moderna é assim entendida como parte do imaginário geopolítico moderno, e a ela correspondem as práticas espaciais de integração imperialistas ligadas aos projetos do pan-americanismo estadunidense e os acordos regionais que se concentram no aspecto da liberalização da economia, sem se traduzir em transformação social, fim da exploração, marginalização e subalternidade e melhoria da qualidade de vida dos povos latino-americanos. Seus objetivos estão relacionados à lógica da colonialidade global, à manutenção das posições de poder estabelecidas no sistema mundial e aos interesses do capital e contribuem, desse modo, para a manutenção da condição periférica e dependente da América Latina. Trata-se de uma integração imposta desde cima e que não representa as demandas das classes populares, as quais não participam de sua formulação. O engajamento dos sujeitos subalternizados seria imprescindível, portanto, para a formulação de respostas descoloniais e transmodernas à integração, isto é, reconhecedoras das diferentes formas de ser, saber e poder que coexistem na América Latina.

Conforme Grosfoguel (2012), os estudos dedicados à economia política internacional privilegiam as relações econômicas sobre as relações socioculturais, de modo que, sob esse ponto de vista, o sistema-mundo capitalista seria essencialmente um sistema econômico. Contrariando a perspectiva eurocêntrica dominante, o autor argumenta que elementos como raça, diferença sexual, sexualidade, espiritualidade e epistemologia são parte integrante daquilo que foi por ele batizado como ‘sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu’. As estratégias ideológico-simbólicas globais, a cultura colonial/racista, os processos de acumulação capitalista e o sistema interestatal são assim igualmente compreendidos como constitutivos das relações centro/periferia.

Como consequência, transformações políticas e sociais radicais – do nosso ponto de vista, inclusive no que diz respeito aos espaços regionais – não podem ser reduzidas às dimensões econômica e estatal, ainda que estas não possam ser deixadas de lado. Tampouco se trata de uma defesa irrestrita do identitarismo: as identidades subalternas podem funcionar como ponto de partida para uma crítica das epistemologias eurocêntricas, porém, uma intervenção efetiva no

sistema de exploração requer alianças mais amplas entre uma diversidade de grupos oprimidos, abarcando a dimensão de classes em torno da radicalização da noção de igualdade social (Grosfoguel 2012).

Esta inflexão epistemológica exige, por sua vez, a problematização do campo de estudos da integração em perspectiva interdisciplinar e contextualizada, a fim de contemplar essas diversidades internas. Esta hipótese configura um dos caminhos que Preciado aponta para a construção de uma integração regional autônoma: a consideração das dimensões social e epistemológica da autonomia, para além da estatal, conforme aprofundado adiante.

Autonomia e integração regional na tradição latino-americana

A ideia de unidade regional está presente na América Latina desde os processos independentistas do século XIX, configurando a ideia de uma identidade político-territorial diversa desde suas origens. Neste sentido, o debate sobre o regionalismo latino-americano tem uma longa história, como expressão da busca por autonomia e resistência às intervenções das potências europeias e dos Estados Unidos e como instrumento para alcançar o desenvolvimento econômico. Esta tradição de reflexão se manteve ao longo dos séculos XX e XXI, adequando-se em cada caso às especificidades dos contextos históricos que se sucediam (Briceño 2018; Deciancio 2016).

Autonomia política e desenvolvimento econômico constituíram-se, assim, não apenas como debates teóricos, mas como objetivos presentes na história latino-americana desde o início de sua vida independente. No entanto, estas ideias não permaneceram estáticas ao longo dos anos, dado o surgimento de novas questões que atualizam seus acervos teórico-conceituais, tais como as modificações que o debate ambiental traz para o desenvolvimento e a que o constitucionalismo plurinacional dos países andinos traz para a autonomia.

Como reflexo da predominância dos temas da autonomia e do desenvolvimento, as correntes teóricas do estruturalismo latino-americano da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), nos anos

1950-1970, e da autonomia de Jaguaribe e Puig, nos anos 1970-1980, se consolidaram como as contribuições latino-americanas mais destacadas ao campo de estudos da integração regional ao longo do século XX. O pensamento estruturalista promoveu a vinculação entre integração regional e desenvolvimento, enquanto os trabalhos de Jaguaribe e Puig vincularam integração regional e autonomia. Ambas correntes teóricas, ainda que originadas no contexto regional próprio da América Latina, escapam da excepcionalidade e se apresentam como uma contribuição aos estudos sobre regionalismo/integração em outras regiões periféricas do sistema mundial, cujos contextos sejam similares ao latino-americano (Briceño e Simonoff 2017).

A produção intelectual de Jaguaribe e Puig relaciona-se a uma proposta de reflexão sobre as relações internacionais desde uma perspectiva genuinamente latino-americana, para a qual selecionaram duas variáveis centrais: as assimetrias de poder no sistema internacional e as condições internas – materiais e sociais – que os países periféricos deveriam garantir para poder transitar da dependência à autonomia. Suas interpretações relacionavam-se à busca por maiores margens de manobra dos países da periferia face às imposições dos países centrais, especialmente no que se referia à execução de projetos nacionais de desenvolvimento via industrialização, geração de conhecimento e de tecnologia. Retomava-se, assim, o antigo vínculo entre autonomia, desenvolvimento e integração regional, adaptando-a ao contexto da bipolaridade da Guerra Fria. Os objetivos subjacentes eram os de reduzir o alto grau de vulnerabilidade e dependência externas presentes historicamente na região, de modo a conquistar uma participação ativa e não-subordinada no sistema interestatal capitalista (Jaguaribe 1979; Puig 1986).

Sob essa perspectiva, estes autores analisaram tanto os efeitos negativos das assimetrias existentes entre os Estados Unidos e a América Latina quanto os caminhos viáveis para atingir os objetivos nacionais. Esta orientação supunha a prevalência de uma autonomia limitada pela inserção dependente e subordinada dos países da região na economia política mundial, que se baseava em uma divisão internacional do trabalho favorável aos países do centro do sistema (Bernal-Meza 2015). Afastaram-se, assim, do entendimento das visões realistas clássicas, segundo o qual a autonomia seria um objetivo semelhante a todos os Estados, e imprimiram ao conceito um conteúdo histórico particular

– a discussão sobre as assimetrias na ordem mundial sob a perspectiva da proteção e ampliação da autonomia nacional e regional dos países periféricos (Silva 2023).

Puig e Jaguaribe propuseram a integração regional como uma das estratégias válidas frente à necessidade de agir de modo coletivo e coordenado para aumentar a autonomia dos países latino-americanos no sistema internacional. No final da década de 1990 e início dos anos 2000, novas teorizações continuaram vinculando autonomia e integração, como no caso do conceito brasileiro de autonomia pela participação (Fonseca Júnior 1998) e na autonomia relacional proposta por Russell e Tokatlian (2002).

Cabe então questionar se o autonomismo se mantém vigente como categoria de análise das possibilidades de inserção dos países latino-americanos no sistema internacional e, especificamente, para explicar os regionalismos desta parte do mundo. Emerge, neste sentido, a importância de superar a visão de uma América Latina, ou mesmo de uma América do Sul, como unidade homogeneizada, por meio da exploração dos diferentes sentidos que a autonomia terá para os países da região em função, por exemplo, do grau de industrialização de suas economias ou das particularidades advindas de nações cuja população é majoritariamente indígena.

No entanto, ainda que o marco teórico gerado no Cone Sul tenha concebido a autonomia como um conceito multidimensional, que incluía aspectos econômicos, políticos e socioculturais, ao constituir-se sobretudo como teoria sobre política externa, temas como os dos direitos sociais e humanos e do debate territorial proposto por indígenas e camponeses, temáticas-chave no contexto atual das ciências sociais na América Latina, não aparecem em seu modelo explicativo.

Com o intuito de contribuir para o preenchimento desta lacuna, a proposta de Preciado para uma integração regional autônoma inclui três dimensões: a autonomia estatal, que tem a ver com a autonomia decisória dos governos periféricos face às condicionalidades do sistema internacional; a autonomia social, que compreende uma concepção ampla de sociedade civil anti-hegemônica e, ainda, a dimensão da autonomia como categoria de análise da integração regional a partir das ciências sociais:

A forma como entendemos a autonomia implica três níveis de discussão: a sua *viabilidade heurística* para analisar a integração desde um ângulo relevante e situado nas ciências sociais; sua expressão como *autonomia estatal*, onde o Estado se torna um sujeito e não um mero instrumento ou conjunto estático de instituições, e a *autonomia do social*, entendida como a constituição autônoma dos sujeitos sociais com capacidade de agência para a *autogestão e o autogoverno*. (Preciado 2018, 45, tradução da autora)¹¹.

A autonomia estatal tem sido historicamente a mais relevante e visível na prática e na teoria da autonomia. Já a dimensão da viabilidade heurística da autonomia é desenvolvida por Preciado com base em uma leitura de Bourdieu, segundo a qual a integração pode constituir-se em um campo de reflexividade sociológica, já que a prática dos processos de integração consiste em um âmbito de atividades sociais que pode ser distinguido do todo social, e que em sua conformação interna responde a uma hierarquia de poder que resulta em permanente competição entre os agentes sociais para ocupar as posições dominantes no campo.

A autonomia social, por sua vez, alude aos atores sociais organizados que, a partir da crítica e da resistência contra a versão hegemônica da integração, essencialmente estadocêntrica e comercialista, rechaçam os tratados de livre-comércio com as grandes potências, questionam a ação estatal a partir da crítica da modernidade/colonialidade e propõem alternativas desde o princípio da alteridade, da interculturalidade e do direito à diferença. O autor ressalta, desse modo, o caráter da integração regional como projeto em disputa.

Os movimentos sociais e populares antiglobalização neoliberal aportam fundamentos materiais e imateriais aos processos regionais. A dimensão imaterial dos movimentos sociais está conectada aos novos horizontes de sentido representados em imaginários e conhecimentos produzidos na América Latina, como o aporte andino do *Sumak Kawsay*, ou *Buen Vivir*, que representa um contraponto à colonialidade do saber e do poder mediante o reconhecimento de saberes ancestrais e da democracia comunitária. Em função

¹¹ No original: “la manera en que entendemos autonomía implica tres niveles de discusión: su *viabilidad heurística* para analizar la integración desde un ángulo pertinente y situado en las ciencias sociales; su expresión como *autonomía estatal*, donde el Estado se convierte en sujeto y no mero instrumento o conjunto estático de instituciones, y la *autonomía de lo social*, entendida como la constitución autónoma de los sujetos sociales con capacidad de agencia para la *autogestión y el autogobierno*.”

da relação diferenciada com os direitos da natureza que essas visões de mundo evocam, o estudo das práticas espaciais da integração sob esta ótica propõe uma crítica à imposição de modelos de desenvolvimento ortodoxos relacionados à depredação do meio-ambiente. O desafio consiste em como conciliar essas visões com os projetos políticos nacionais e regionais.

Dentre os aportes materiais que apontam para as potencialidades de uma integração autônoma latino-americana desde a alteridade, Preciado destaca o Estado Plurinacional da Bolívia e as micro experiências autogestionárias dos movimentos sociais, como os *caracoles* zapatistas e as redes de Economia Social e Solidária baseadas no cooperativismo. Estas configuram-se como práticas espaciais autônomas que abrem possibilidades para avançar não apenas no debate sobre o reconhecimento dos particularismos nacionais e regionais de caráter étnico, etário e de gênero, mas também na discussão sobre a interculturalidade e sobre a contribuição dos movimentos sociais e populares para a construção, desde os territórios, de uma integração regional que promova a sustentabilidade ambiental, a partir de uma geopolítica crítica do modelo neoextrativista e da acumulação por despossessão.

Considerações finais

A persistência da questão da autonomia na agenda teórica e prática da América Latina no século XXI demonstra que a região ainda não conseguiu implantar mudanças estruturais nos âmbitos nacionais e que continua atravessada por interesses das potências extrarregionais. O enfrentamento deste desafio demanda examinar as transformações conjunturais e estruturais da região e do sistema-mundo desde uma perspectiva integral e sócio-histórica, o que implica atualizar as teorias existentes e elaborar novas abordagens teórico-conceituais para permitir a interpretação e conceitualização corretas da atualidade, tendo a América Latina como lugar de enunciação.

Conclui-se, nesse sentido, que a possibilidade de uma integração que fortaleça a autonomia regional e, conseqüentemente, a materialidade da transformação social dos povos latino-americanos, está atrelada à consideração do eixo epistemológico e dos contextos próprios da região. Trata-se de analisar

a integração e o regionalismo como campo de disputa epistêmica, desde uma postura teórica descolonizadora, de modo a prescrutar caminhos de pesquisa que possibilitem a inclusão de temáticas como justiça social, responsabilidade ambiental e defesa da diversidade cultural e territorial da América Latina.

O método multidimensional e multiescalar da geopolítica crítica de Preciado oferece ferramentas de análise para o entendimento desses processos sócio-históricos diferenciados segundo seu referente territorial, ao contextualizar a relação entre atores políticos, econômicos e sociais e as práticas espaciais que se desenvolvem nos níveis local, nacional, regional e internacional. A geopolítica crítica incorpora a dimensão social e a escala local aos fenômenos que se relacionam com o território, ampliando as perspectivas teóricas do imaginário geopolítico moderno, centrado na escala dos Estados nacionais.

Por outro lado, refletir sobre a autonomia no atual momento da América Latina torna-se essencial frente às tendências que configuram ameaças ou obstáculos à integração autônoma latino-americana. Dentre estas, é possível enumerar: o avanço das fronteiras extrativas sobre a Amazônia e os Andes; o crescimento das disputas por matérias-primas, energia e água; e o surgimento de novas direitas, com novos protagonismos que buscam apropriar-se das mudanças sociais, culturais e políticas na região. A superação destes desafios demanda, conforme a agenda de pesquisa proposta por Preciado, a articulação entre as três dimensões da autonomia: a autonomia estatal, a autonomia social e a autonomia epistemológica.

Nesse sentido, os contextos nacionais, regionais e internacionais que se impõem na América Latina do início dos anos 2020 representam também um desafio intelectual, acadêmico e epistemológico ao objetivo de contribuir para a elaboração de estratégias de integração com pretensões contra-hegemônicas e potencializadoras da autonomia, que favoreçam a participação social e popular em articulação com as instituições regionais. Neste ponto, o debate radica na necessidade de elaborar esquemas analíticos próprios, situados desde a periferia do sistema capitalista, ou do Sul Global, por meio da seleção de variáveis relevantes que permitam identificar as condições estruturais de inserção internacional e integração regional autônomas.

Referências

- Acharya, Armitav. 2014. Global International Relations (IR) and Regional Worlds a New Agenda for International Studies. *International Studies Quarterly*, v. 58, n. 4: 647-659. <https://doi.org/10.1111/isqu.12171>.
- Arditi, Benjamin. 2009. El giro a la izquierda en América Latina: ¿una política post-liberal? *Ciências Sociais Unisinos*, v. 45, n. 3: 232-246.
- Benzi, Daniele; Narea, Marco. 2018. El regionalismo latinoamericano más allá de los “pos”. *Nueva Sociedad*, n. 275: 106-120.
- Bernal-Meza, Raúl. La doctrina de la autonomía: realismo y propósitos. Su vigencia. In: BRICEÑO RUIZ, José; SIMONOFF, Alejandro (ed.). *Integración y cooperación regional en América Latina: una relectura a partir de la teoría de la autonomía*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2015.
- Briceño, José. 2014. Autonomía: genealogía y desarrollo de un concepto. Su relación con el regionalismo en América Latina. *Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo*, 9. n. 18: 9-41.
- Briceño, José; Simonoff, Alejandro. 2017. La Escuela de la Autonomía, América Latina y la teoría de las relaciones internacionales. *Estudios Internacionales*, n. 185: 39-89. <http://dx.doi.org/10.5354/0719-3769.2017.45218>.
- Briceño, José. 2018. El estudio de la integración regional y del regionalismo en América Latina: entre la influencia europea y el pensamiento propio. *Análisis Político*, n. 94: 49-74. <https://doi.org/10.15446/anpol.v31n94.78239>.
- Cairo, Heriberto; Bringel, Breno; Ríos, Jerónimo. 2020. Geopolítica externa del regionalismo latinoamericano: nuevas configuraciones en el orden mundial contemporáneo. *Controversias y Concurrencias Latinoamericanas*, v. 11, n. 19: 77-99.
- Casanova, Pablo G. 2007. “Colonialismo interno (uma redefinição)”. In *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*, 431-458. Buenos Aires: CLACSO.
- Castro Gomes, Santiago; GROSGUÉL, Ramón. 2007. “Prólogo: giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico”. In *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, 9-23. Bogotá: Siglo del Hombre.
- Ceceña, Ana Esther. 2021. La soberanía y los 4 jinetes del Apocalipsis. *Tramas y Redes*, n. 1: 21-34.

- CEPAL. 2023. CEPAL ressalta a importância de uma agenda de desenvolvimento produtivo em torno da exploração do lítio. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-ressalta-importancia-agenda-desenvolvimento-produtivo-torno-exploracao-litio>. Acesso em: 17 dez. 2023.
- Deciancio, Melisa. 2016. El regionalismo latinoamericano en la agenda de la teoría de las Relaciones Internacionales. *Iberoamericana*, v. XVI, n. 63: 91-110. <https://doi.org/10.18441/ibam.16.2016.63.91-110>.
- Dussel, Enrique. 2000. “Europa, modernidad y eurocentrismo”. In *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*, 24-33. Buenos Aires: CLACSO.
- Fonseca Júnior, Gelson. 1998. *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra.
- Grosfoguel, Ramón. 2007. “Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas”. In *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, 63-77. Bogotá: Siglo del Hombre.
- Grosfoguel, Ramón, 2012. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.697>.
- Ianni, Octavio. 1995. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes.
- Inoue, Cristina; Tickner, Arlene. 2016. Many Worlds, Many Theories? *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 59, n. 2. <https://doi.org/10.1590/0034-7329201600201>.
- Jaguaribe, Hélio. 1979. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. *Estudios Internacionales*, n. 12, v. 46: 91-130.
- Maldonado-Torres, Nelson. 2007. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. In *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, 127-167. Bogotá: Iesco/Pensar/Siglo del Hombre.
- Martí, José. 1983 [1891]. *Nossa América*. São Paulo: HUCITEC.
- Perrotta, Daniela. 2018. El campo de estudios de la integración regional y su aporte a las Relaciones Internacionales: una mirada desde América Latina. *Relaciones Internacionales*, n. 38: 9-39.

- Perrotta, Daniela; Porcelli, Emanuel. 2019. El regionalismo es lo que la academia hace de él. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 28, n. 1: 183-218.
- Preciado, Jaime. 2008. América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. *Caderno CRH*, v. 21, n. 53: 253-258. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v21i53.18971>.
- Preciado, Jaime; UC, Pablo. 2010. La construcción de una geopolítica crítica desde América Latina y el Caribe. *Hacia una agenda de investigación regional. Geopolítica(s) – Revista de estudios sobre espacio y poder*, v. 1, n. 1: 65-94.
- Preciado, Jaime. 2014. La nueva gramática democrática frente a la integración autónoma latinoamericana y caribeña. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 1: 45-72.
- Preciado, Jaime. 2018. “Sentido de la investigación sobre la integración autónoma de la integración de América Latina y el Caribe. Fundamentos teóricos y metodológicos”. In *Dimensiones, estrategias y alternativas de la integración autónoma para América Latina y el Caribe. Desafíos para el caso mexicano (2010-2015)*, 27-89. Tomo i. Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- Puig, Juan Carlos. 1986. Integración y autonomía en América Latina en las postrimerías siglo XX. *Integración Latinoamericana*, v. 11, n. 109: 40-62.
- Quijano, Aníbal. 2000. “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”. In *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*, 122-15. Buenos Aires: CLACSO.
- Richard, Yann. 2014. Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. *Confins*, n. 20: 1-47. <https://doi.org/10.4000/confins.8939>.
- Riggiorozzi, Pía.; Tussie, Diana. 2012. “The Rise of Post-Hegemonic Regionalism in Latin America”. In *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: the case of Latin America*, 1-16. Londres: Springer.
- Riggiorozzi, Pía; Tussie, Diana. 2018. Claves para leer al regionalismo sudamericano: fortaleciendo el estado, regulando el mercado, gestionando autonomía. *Perspectivas Revista de Ciencias Sociales*, Año 3, n. 5: 6-21.
- Russell, Roberto; Tokatlian, Juan Gabriel. 2002. De la autonomía antagónica a la autonomía relacional: una mirada teórica desde el Cono Sur. *Perfiles Latinoamericanos*, n. 21:159-194.
- Silva, Carolina A. 2023. *Autonomia, geopolítica crítica e colonialidade: contribuições do pensamento social latino-americano ao debate teórico sobre regionalismo e integração regional. (Tese de Doutorado)*. Brasília: Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

- Svampa, Maristella. 2016. Debates latinoamericanos. Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo. Buenos Aires: Edhasa.
- Toledo, Aureo. 2021. “Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais: a parte que nos cabe nesse percurso”. In *Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais*. Salvador: EDUFBA: 19-34.
- Veiga, Pedro M.; Rios, Sandra. 2007. O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. Santiago: CEPAL.
- Vivares, Ernesto; Dolcetti-Marcolini, Michele. 2016. “Dos regionalismos, dos Latinoaméricas o después de Latinoamérica”. In *¿Latinoamérica dividida? Procesos de integración y cooperación Sur-Sur*, 23-49. Quito: Editorial IAEN.
- Ugarte, Manuel. 2010 [1924]. La patria grande. Buenos Aires: Capital Intelectual.